

COISAS INTOCAVEIS

(Especial para o "Correio do Povo")

2/9/58

GUSTAVO CORÇÃO

No mesmo órgão estudantil que noticiou a engraçada profissão de fé do sr. Domingos Velasco, a que me referi anteontem, li também, e com muito prazer, uma referência à data 11 de agosto que me passara despercebida. Foi em 11 de agosto de 1827, lá se vão cento e trinta e um anos, que d. Pedro I assinou o decreto que instituía oficialmente o Curso Jurídico no Brasil. Evocando "tão gloriosa data, intimamente ligada à cultura nacional" os estudantes reafirmaram "nossa fé inquebrantável no primado da Lei, na força da Justiça e no pleno funcionamento do regime democrático — sistema político que aprendemos a crer e a amar, à sombra de nossas faculdades de Direito que hoje se espalham em toda a ampla extensão do território da Pátria".

Muito bem! Sinto-me então encorajado para pedir aos estudantes que redigiram tão bonita declaração um auxílio, um apoio, uma página do Órgão Oficial da UME, em favor da campanha que poucos estão fazendo, e na qual, eu que sou engenheiro, estou envolvido. Trata-se de um desagravo da mesma ordem jurídica tão fervorosamente enaltecida naquela data auspiciosa. Refiro-me ao fato que ocorreu em julho do ano passado e que teve agora um triste desenlace. O 5.º Distrito Policial foi depredado por forças do exército que, em boa ordem, chegaram, quebraram, espancaram, e em melhor ordem se retiraram ao quartel. O fato passou-se diante do Palácio da Justiça. Sim, meus caros e jovens amigos, diante do Palácio da Justiça! A operação durou cerca de quarenta minutos, e foi vista por centenas de pessoas, inclusive advogados e juizes que estavam em seus afazeres, no referido palácio em prol da referida justiça. Pois bem, embora pareça mentira, o negócio foi encerrado "por absoluta falta de provas". E então? Onde está o primado da Lei? Onde a força da Justiça? Coitada dela, eu a vejo apanhando pancada. E agora vejo-a ainda mais espinhada com esse pronunciamento que seria cômico se nós, vocês e eu, não acreditássemos com "fé inquebrantável no primado da Lei, na Força da Justiça, etc. etc". Custa-me crer que vocês tenham escrito aquelas

bonitas palavras sem acreditar nelas, porque vocês são moços, e isto de não acreditar no que diz costuma ser efeito de velho. Como se explica então a ausência de qualquer referência àqueles fatos nas páginas do órgão que lembra a glória de 11 de agosto de 1827? Não entendo. Observo com espanto que o dia do estudante girou em torno da Petrobrás, e que o mote dos discursos foi "A Petrobrás é intocável". Deverei atribuir esse zelo especializado ao fato de haver predominância de estudantes de engenharia na UNE? Cuidado! os meus colegas de ofício têm às vezes essa mania de pensar que a engenharia é tudo, e que a prosperidade de um povo se explica cabalmente em termos de pontes, oleodutos, turbinas, etc. Entre os antolhos da especialização, os engenheiros vêm um mundo de pedra e cal, ou de petróleo. O uso do cachimbo entorta a boca, e é possível que desde os bancos escolares comece a retração mental e o vício dos queixos. Vocês que celebraram o 11 de agosto não devem permitir que a engenharia dê o tom às manifestações estudantis. Devem reagir com aquela fé inquebrantável, e devem mostrar aos companheiros que, se é verdade que os minerais são o corpo da riqueza nacional, a ordem jurídica e os princípios democráticos são a alma.

Aliás, por falar em princípios democráticos, noto que não saiu no órgão estudantil uma só palavra a respeito da liberdade do rádio e da televisão. Já não falo hoje da liberdade de ensino que nos levaria longe...

Eia, pois, amigos estudantes de direito, colhamos em 1958 os frutos da árvore que foi plantada pelo Imperador em 11 de agosto de 1827. E não deixemos que os técnicos, os engenheiros, com esquecimento da ordem jurídica, do Direito, da Justiça, e de nossa fé inquebrantável, tomem todo o tempo das reuniões e todo o espaço dos órgãos estudantis com a intocabilidade da Petrobrás. Lembremo-nos — ó futuros defensores da Lei — que a fachada do 5.º Distrito, as máquinas de escrever, as vidraças, e sobretudo as caras dos serventuários da Justiça deviam ser ainda mais intocáveis.